

O MAL NA PERSPECTIVA DE SANTO AGOSTINHO

Dionatan Mineiro da Silva¹³

Drª Gleyds Silva Domingues¹⁴

RESUMO

Este trabalho investiga o pensamento de Santo Agostinho sobre o mal, analisando sua jornada filosófica e teológica. Busca-se compreender a inclinação da humanidade para o mal ao longo da história, desde Gênesis até os desafios contemporâneos. São exploradas as indagações de Agostinho, suas reflexões e o caminho percorrido até a convicção de que o verdadeiro descanso se encontra em Deus. Destaca-se que o mal não tem origem divina, mas resulta do caráter corrompido da humanidade. Assim, evidencia-se a corrupção moral e suas consequências físicas, como dor, violência e morte, que afetam toda a existência. É analisado como essa perspectiva influenciou a teologia cristã e a compreensão do sofrimento humano.

Palavras-chaves: Mal; Livre-arbítrio; Salvação; Santo Agostinho;

INTRODUÇÃO

O problema do mal constitui um dos principais temas que fundamentam o pensamento filosófico e teológico de Santo Agostinho. Em diversos momentos de sua trajetória intelectual, Agostinho foi profundamente impactado por questões relacionadas à origem e à causa do mal. Na obra intitulada "O Livre Arbítrio", uma de suas mais importantes produções sobre o assunto, o filósofo explora temas fundamentais como o maniqueísmo, as retratações, a resposta aos pelagianos, além de questões sobre vontade, liberdade e graça. Permanece, entretanto, uma pergunta central que ainda inquieta diversos filósofos e teólogos contemporâneos: se todas as coisas têm origem em Deus, sendo Ele essencialmente o Bem, qual é então a procedência do mal?

¹³ Mestrando em Teologia nas Faculdades Batista do Paraná; Mestrando em Religião no Puritan Reformed Theological Seminary; Graduado em Teologia, em Filosofia e cursando Pedagogia, na Universidade Estácio de Sá; Pós graduado em Teologia e Interpretação Bíblica; Teologia Sistemática Contemporânea; Teologia Sistemática Contextualizada; ambas nas Faculdades Batista do Paraná, e em Teologia Reformada na Faculdade Sudoeste. E-mail: DionatanMineiro@outlook.com. Redes Sociais X e Instagram: @DionatanMineiro.

¹⁴ Orientadora no Mestrado em Teologia nas Faculdades Batista do Paraná.

Embora o livro bíblico de Gênesis apresente o mal em sua origem na história humana, inicialmente Agostinho buscou respostas em uma vertente diferente, ingressando no grupo maniqueísta. Compreender o pensamento maniqueísta e suas contradições em relação ao cristianismo é essencial para captar plenamente a evolução da reflexão agostiniana.

Para alcançar uma compreensão satisfatória do pensamento geral de Agostinho, é necessário considerar sua abordagem sobre o livre-arbítrio humano. Segundo Agostinho, embora a humanidade tenha seu livre-arbítrio corrompido pelo pecado, apenas pela intervenção direta de Deus, mediante a graça, o ser humano pode voltar-se efetivamente ao bem. Essa questão tem sido objeto de estudo constante entre filósofos e teólogos cristãos ao longo da história, desde a Antiguidade até a contemporaneidade, que procuram responder tanto a críticas pagãs quanto às questões internas do próprio cristianismo acerca da existência e extensão do livre-arbítrio.

Nesse contexto, uma questão central se apresenta: a humanidade ainda possui de fato o livre-arbítrio, ou estaria completamente corrompida moralmente? É possível praticar o bem por iniciativa própria, por meio de uma vontade livre e autônoma? Sob a perspectiva agostiniana, essa possibilidade estaria comprometida sem a intervenção divina.

Além disso, a coexistência de Deus com o mal levanta desafios filosóficos e teológicos relevantes, sendo fundamental compreender o que a tradição bíblica e protestante ensina sobre esse assunto. Portanto, torna-se relevante analisar o conceito de mal na Bíblia, especialmente na perspectiva do apóstolo Paulo, cuja influência é marcante na construção do entendimento agostiniano acerca dessa temática.

Em síntese, Agostinho defende que Deus, por meio de Sua graça e amor, oferece reconciliação à humanidade moralmente caída em delitos e pecados. Essa reconciliação ocorre por uma espécie de "Iluminação Divina", capaz de transformar a mente humana, capacitando-a na busca pela verdade.

1. AGOSTINHO E O MAL

Conhecido como o bispo de Hipona, Agostinho dedicou grande parte de sua vida intelectual à investigação sobre a origem e causa do mal. Sua busca por

respostas ultrapassou os limites do cristianismo, levando-o ao contato com o pensamento maniqueísta, onde questionou a possibilidade do bem e do mal coexistirem em uma mesma substância. Em sua obra "Confissões", Agostinho percorre um profundo caminho investigativo, em busca do que denominou a "pura verdade". Ciente da impossibilidade humana de atingir plenamente a perfeição divina, Agostinho reconhecia a tensão entre a aspiração moral pela correção e o desejo simultâneo pelo pecado. Johannes Brachtendorf, ao comentar sobre as "Confissões", aborda justamente essa questão do desejo humano de ser semelhante a Deus.

Qual, então, o motivo do roubo de peras, se não foi o falso desejo de um bem pequeno? A que se dirigiam os apetites, se não era ao bem resultante do roubo? O delito do roubo pressupõe uma norma que proíbe o roubo e que é infligida. Se Agostinho sentiu prazer no delito como tal, isso é porque ele desejou a infração. Ele desejou o proibido por causa não do objeto proibido, mas da transgressão da proibição. O que Agostinho amou foi o próprio pecado – e isso inverte a explicação tradicional do mal. O pecado não é cometido por causa do bem desejado, mas o próprio pecado é desejado, e por isso ocorre o roubo (Brachtendorf, 2020, p.79).

Agostinho integrou por um período de sua vida uma seita denominada maniqueísmo. Esse grupo acreditava-se alinhado ao cristianismo, mas sustentava ideias divergentes em relação à doutrina cristã tradicional. Em especial, o maniqueísmo apresentava uma concepção dualista da realidade, na qual bem e mal eram forças opostas coexistindo em uma substância dividida. Segundo essa doutrina, ambas as forças eram consideradas originalmente infinitas, mas destinavam-se a tornarem-se finitas. Agostinho encontrou dificuldades em aceitar essa perspectiva, pois entendia que no Criador, considerado como o sumo Bem, não poderia existir o mal. Sobre isso, Libanio disse:

O caminho da solução do mal vem do fato de que o criado não pode ser infinitamente perfeito, sem limite. E esse (*malummetaphysicum*) possibilita o mal (*male physicum*), já que não pode haver infinitas soluções que evitassem o mal. O mal físico não vem de uma intencionalidade má, mas é possibilitada pela imperfeição da condição da criatura. A intencionalidade do Criador é sempre boa. Mas a coisa criada, em sua limitação de criatura, não pode alcançar todas as perfeições absolutamente. Há momentos em que entraria em contradição com a própria condição da criatura. Para evitar totalmente o mal a criatura teria de ser infinita, mas já não seria criatura. E Deus não pode fazer o absurdo, isto é, uma criatura que, ao mesmo tempo, não seja criatura. Deus não pode criar-se a si mesmo. Logo a perfeição infinita não pode ser condição natural (LIBANIO, 2001, p. 15).

Ao avançar em sua investigação filosófica e teológica, Agostinho chegou à conclusão de que o pensamento maniqueísta continha sérios equívocos. Para ele, era

inaceitável a ideia de que a criatura pudesse ter origem no mal, pois entendia a criação como essencialmente perfeita, refletindo assim a perfeição absoluta do Criador. Se Deus é essencialmente bom e perfeito, como poderia então o mal se originar dEle? Essa questão desafiadora permaneceu central em sua reflexão, impulsionando-o a afastar-se definitivamente do maniqueísmo e aprofundar-se ainda mais em busca de respostas coerentes dentro da doutrina cristã tradicional. Agostinho complementa:

Todavia, não tinha uma ideia clara e nítida da causa do mal. Porém qualquer que ela fosse, tinha assente para mim que de tal modo a havia de buscar, que por ela não fosse constrangido a crer, como mutável, um Deus imutável, pois de outra maneira cairia no mal cuja causa procurava. Por isso, buscava-a com segurança, certo de que não era verdadeira a doutrina que estes homens [maniqueístas] pregavam (AGOSTINHO, 2015, p. 150).

Agostinho demonstrou profunda surpresa diante da maldade humana, especialmente ao perceber a própria inclinação para o mal, buscando continuamente respostas sobre sua origem. Entretanto, jamais encontrou respostas satisfatórias entre os argumentos propostos pelos maniqueístas, devido ao contraste fundamental entre suas ideias e o pensamento cristão. Em "Confissões", Agostinho investiga profundamente a aspiração humana de se assemelhar a Deus, explorando também a origem do mal. Seguindo uma analogia platônica, onde a razão (condutor) direciona os apetites (cavalos) para objetivos específicos, Johannes Brachtendorf esclarece em seu comentário à obra que “essa imagem simboliza a ordem da alma de um homem virtuoso”, afirmando que “a diferença entre bem e mal reside apenas em quem determina o objetivo” (Brachtendorf, p. 78). No indivíduo vicioso, contudo, essa ordem é invertida, sendo os apetites que definem os objetivos ao invés da razão.

Agostinho defende enfaticamente que o mal não é uma substância real, ou seja, não possui existência ontológica própria. Contrariando frontalmente o maniqueísmo, ele argumenta que o mal é apenas um “não ser”, configurando-se como ausência ou distanciamento do bem, sendo portanto, a ausência de Deus. Diferentemente dos maniqueístas, que negavam o livre-arbítrio humano e atribuíam a Deus a responsabilidade pelo mal, Agostinho afirma que tal abordagem simplifica indevidamente a realidade ao dividi-la em duas forças antagônicas absolutas, o Bem e o Mal.

2. O MAL EM GÊNESIS E O LIVRE-ARBÍTRIO

É fato que a problemática do mal está presente na história da raça humana desde o princípio. Talvez seja necessário entendermos a perspectiva do mal em Gênesis. Já no primeiro capítulo do livro, temos a afirmação de que Deus criou os céus e a terra (Gn 1.1), partindo para uma narrativa criacionista abrangente e completa. Por fim, temos por detalhe a criação da raça humana (Gn 1.26-28 e 2.7), sendo o homem criado à imagem e semelhança de Deus. Dito isto, Deus estabelece um limite para o homem, não ultrapassar além do permitido, para que não viesse comer do fruto proibido, à saber, “da árvore do conhecimento do bem e do mal [...] não deve comer”(Gn 2.16-17). Obviamente, essa árvore do conhecimento não é necessariamente um fruto mágico, mas uma regra imposta por Deus dentro do jardim do Éden, afim de que o ser humano não tomasse conhecimento, ou não experimentasse para que viesse entender além do permitido. No entanto, a história bíblica narra a queda da humanidade através do tentar de Adão e Eva. Experimentaram do fruto dessa árvore e obteve o conhecimento do bem e do mal, ao ponto de se esconderem da presença de Deus e se sentirem envergonhados por estarem nus.

A questão primordial é, havia ali naquele momento o livre arbítrio? Com certeza, sim. Tanto Agostinho, quanto teólogos reformados e atuais defendem que o livre arbítrio fazia presença na raça humana antes da queda. Ou seja, o homem era puro, mas poderia escolher pecar, pois suas faculdades mentais ainda não estavam contaminadas. Por outro modo, após a queda do homem, a mente humana se tornou corrompida, sendo detentores do conhecimento do bem e também do mal. O apóstolo Paulo, escrevendo à igreja de Roma, ele diz:

Que se conclui? Temos nós [referindo-se aos judeus e gentios] alguma vantagem? Não, de forma nenhuma. Pois já temos demonstrado que todos, tanto judeus como gregos, estão debaixo do pecado. Como está escrito: “Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus. Todos se desviaram e juntamente se tornaram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer... (Rm 3.9-12).

O apóstolo Paulo quis dizer que toda raça humana está em pecado, está caída moralmente, e isso tudo se deve ao fato de que Adão – representante da raça humana e cabeça da mulher, usou do seu livre-arbítrio dado por Deus para fazer uma escolha errada, tomar do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Sendo assim,

segundo o Apóstolo, toda humanidade é herdeira do pecado e da sua condenação que é a morte. Como prova disso, Paulo é mais enfático mais a frente dizendo:

Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado veio a morte, assim também a morte passou a toda a humanidade, porque todos pecaram [...] O dom, entretanto, não é como no caso em que somente um pecou. Porque o julgamento derivou de uma só ofensa [pecado de Adão, sendo o representante], para a condenação; mas a graça deriva de muitas ofensas, para a justificação. Se a morte reinou pela ofensa de um e por meio de um só [Adão], muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça reinaram em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo (Rm 5.12-17).

Nota-se que os argumentos dos maniqueus e também de Pelágio caem por terra, tendo em vista a clara evidência do livre-arbítrio no princípio da raça humana na perspectiva bíblica. E é nessa mesma perspectiva de análise que parte o Santo de Hipona para sua análise afim de refutar o maniqueísmo. O mal se manifesta sob três formas: na privação do bem. O mal é o não-ser, não possui qualquer tipo de substância. Do ponto de vista do mal moral, não se pode falar em um único autor, pois todos os que praticam más ações colaboram para a sua existência no mundo.

Segundo o autor, devido a Queda, o homem agora é condenado à morte. O mal físico, como doenças, sofrimentos e a morte, surge por causa das escolhas da ação moral. Todos esses males são consequências do pecado original. Deus criou o homem e a mulher com a mente perfeita, dotados de livre-arbítrio e para serem eternos. Mas, por causa de suas escolhas eles conheceram o pecado. O mal físico, portanto, é resultado do livre-arbítrio do homem cometido pelo mal moral. Agora o pecado tem como salário a morte,(Rm 6.23) como afirma o apóstolo Paulo.

Na perspectiva agostiniana, o pecado original pode ser compreendido como uma espécie de pandemia espiritual, cuja única solução eficaz é encontrada posteriormente em Jesus Cristo, responsável pela reconciliação da humanidade com Deus Pai. Essa herança contínua do pecado, iniciada com Adão, é considerada por Agostinho como a mais grave de todas as pandemias, pois conduz inevitavelmente à morte espiritual. Ao analisar o livro bíblico de Gênesis, Agostinho conclui que a natureza humana foi criada por Deus à sua imagem e semelhança; entretanto, o mal presente na vontade e nas ações humanas não deriva do Criador, mas decorre do mau uso do livre-arbítrio por Adão. Dessa forma, conforme Agostinho, toda a humanidade contraiu, de maneira definitiva, o contato com o mal. Após abandonar o

maniqueísmo e rejeitar certas filosofias, Agostinho afirma ter encontrado em Cristo o antídoto definitivo que tanto buscava para a cura de sua alma:

Assim, duvidando de tudo, à maneira dos acadêmicos – como os julga a opinião mais seguida – e flutuando entre todas as doutrinas, determinei abandonar os maniqueístas, parecendo-me que não devia, nesta crise de dúvida, permanecer naquela seita à qual já antepunha alguns filósofos. Porém, recusava-me terminantemente a confiar a cura da enfermidade da minha alma a esses filósofos que desconheciam o nome salutar de Cristo (Agostinho, 2015, p. 122).

A transgressão primordial cometida por Adão e Eva não está restrita ao simples ato de consumir o fruto proibido, mas, sobretudo, à decisão consciente de se colocarem como referência absoluta, elevando seus interesses pessoais acima do bem maior, rejeitando a obediência à lei eterna. Nesse contexto, Agostinho também examina o papel do diabo representado pela serpente, afirmindo sobre seu instinto que:

A ideia de perfeição, como se entende a sabedoria de Deus e dos anjos e da alma racional. Também falamos que as formigas e abelhas são sábias porque imitam a sabedoria em seu trabalho. A serpente é o mais sábio pelo seu espírito estranho ou seja diabólico [...]. Portanto, por que se há de admirar se o diabo, enchendo a serpente de seu instinto e misturando-se a ela com seu espírito, do mesmo modo como costuma encher os adivinhos, tornara-a o mais sábio de todos os animais que vivem com alma viva e irracional? Pois, pelo abuso de palavras, denomina-se sabedoria o que diz respeito ao mal, assim como se denomina astúcia o que diz respeito ao bem; assim, na língua latina são denominados sábios com propriedade e pelo uso geral quando merecem louvor, mas por astutos se entendem os de mau caráter. Daí que alguns, de acordo com o que deparamos em muitos manuscritos, passando para a língua latina, não a palavra, mas antes, a sentença, preferiram denominar essa serpente o mais astuto de todos os animais a denominar sábio (Agostinho, *Com. lit. gen. XI, II, 4*).

É válido afirmar que o desejo pecaminoso presente na humanidade atual não é diferente daquele manifestado no pecado original. Há uma atração constante pelo que é proibido ou pelo que é desaconselhado. Isso pode ser facilmente observado na atitude provocativa de uma criança que, mesmo sendo advertida a não realizar determinada ação, instintivamente opta por fazer exatamente o oposto do recomendado. Este mesmo traço pode ser identificado no exemplo pessoal de Agostinho, quando relata seu desejo de furtar as pêras.

Essa característica demonstra a presença da pecaminosidade na raça humana, indicando que o pecado tornou-se parte intrínseca da natureza humana em decorrência do mau uso do livre-arbitrio por Adão e Eva. Agostinho comprehende essa

realidade ao afirmar que a submissão ao pecado e às paixões ocorre precisamente devido ao livre-arbítrio. Apesar de dispormos da liberdade de escolha, há uma tendência natural em direcionar nossa vontade para o pecado. O Santo diz que:

Logo, só me resta concluir: se, de um lado, tudo o que é igual ou superior à mente que exerce seu natural senhorio e acha-se dotada de virtude não pode fazer dela escrava da paixão, por causa da justiça, por outro lado, tudo o que lhe é inferior tampouco o pode, por causa dessa mesma inferioridade, como demonstram as constatações precedentes. Portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio (Agostinho, 1995, p. 52).

É importante considerar que, essa contaminação moral ela perdura por toda raça humana, de todas as épocas, pois foi iniciada em Adão (representante da humanidade). Logo em seguida, continuando o raciocínio, Agostinho diz que “deve [...] parecer também lógico que a mente seja punida por tão grande pecado” (Agostinho, 1995, p. 52). Ainda diz que “para a mente poderá ser um pequeno castigo ser dominada pela paixão e despojada das riquezas da virtude” (Agostinho, 1995, p. 52). É assim que a mente caída age. O pecado original embebedou a mente humana, inflando as paixões e as vontades. Como complemento, sobre Gênesis, Agostinho ainda afirma que:

Não se podia revelar melhor e com mais perfeição quanto mal representa somente a desobediência, quando por ela o homem se tornou réu da iniquidade, visto que tocou a árvore contra uma proibição de modo que, se não tivesse tocado, certamente não teria pecado. Com efeito, aquele que diz, por exemplo: “Não toques esta planta, porque pode ser venenosa e pode levar à morte”, a consequência será certamente a morte do que fez pouco caso do preceito; mas se ninguém tivesse proibido e ele a tivesse tocado, sem dúvida teria morrido. Com efeito, seria contrária à saúde e à vida dele quer lhe fosse proibido ou não. Da mesma forma, quando alguém proíbe tocar uma coisa que certamente prejudicaria ao que toca e àquele que fez a proibição, como, por exemplo, se alguém põe a mão no dinheiro alheio, proibido por aquele a quem pertencia o dinheiro, a proibição implicaria pecado, porque poderia ser prejudicial ao que proíbe. Mas quando se toca em algo que não prejudicaria nem o que toca, se não lhe fosse proibido, nem a qualquer outro que tocassem em qualquer ocasião, por que seria proibido senão para mostrar que o bem da obediência é um bem em si mesmo, e o mal da desobediência é um mal em si mesmo (Agostinho, *Com. lit. gen.* VIII, XIII, 29).

Nota-se que Agostinho afirma na citação acima que o homem tornou “réu da iniquidade”, ou seja, só podemos entender que o livre-arbítrio do homem após o pecado já está contaminado. Alguns teólogos recentes e contemporâneos afirmam que devido a este fato – após a Queda, o pecado original, o homem já não possui o

livre-arbítrio puramente para fazer o bem, pois tendencia sempre para o mal, por mais que queira fazer o bem. Nisto, o homem que faz o bem só pode assim fazer com a ação do Espírito Santo. Logo, se o Espírito Santo não for o agente ativo da bondade e da transformação, tendenciaremos para o pecado. É certo que existe uma base ampla para se pensar assim. Como já citado anteriormente, o apóstolo Paulo diz que “Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus. Todos se desviaram e juntamente se tornaram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer” (Rm 3.9-12). Do mesmo modo, tratando do mesmo assunto, o reformador alemão Martinho Lutero (séc. XVI) disse que:

No versículo 16 [de Romanos 1], Paulo declara que o evangelho é “o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê”. Isso significa que, não fosse o poder de Deus conferido através do evangelho, ninguém teria forças, em si mesmo, para voltar-se para Deus. Paulo prossegue, asseverando que isso tem aplicação tanto aos judeus quanto aos gentios [a toda raça humana]. Os judeus conheciam as leis divinas em seus mínimos detalhes, mas isto não os poupou de estarem debaixo da ira de Deus. Os gentios desfrutavam de admiráveis benefícios culturais, mas isto em nada os aproximava de Deus. Havia judeus e gentios que muito se esforçavam por acertar a sua situação diante de Deus, mas, apesar de todas as suas vantagens e de seu “livre-arbítrio”, eles fracassaram totalmente. Paulo não hesitou em condenar a todos eles (Lutero, 2007, p. 19).

Obviamente que o reformador Lutero, muito menos o apóstolo Paulo se contrapõe ao Agostinho. Pelo contrário, é neste sentido que está o contexto do livre-arbítrio do Santo. Afirmar um livre-arbítrio corrompido, ou que se direciona às paixões e vontade como Agostinho, ou por outro lado, afirmar que não possuímos o livre-arbítrio por termos nossas vontades corrompidas nos direcionando para o pecado, estará dizendo a mesma coisa, portanto, ambas informações estão em perfeita harmonia com o apóstolo.

No mesmo sentido, Piper, um teólogo contemporâneo reformado, diz que após a Queda o homem não pode sair do pecado sem uma ação do Espírito Santo. O homem é incapaz de usar seu livre-arbítrio para se libertar de suas paixões e vontades:

O “pendor da carne” (literalmente, “a mente da carne”) é a mente do homem sem a habilitação do Espírito de Deus (“Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se, de fato, o Espírito de Deus habita em vós” - Rm 9.9). Portanto, o homem natural tem uma mentalidade que não se submete, e nem pode se submeter a Deus. O homem não pode reformar a si mesmo (Piper, 2014, p.25).

Somos levados a entender que o pensamento de Agostinho equilibra com teólogos contemporâneos. O livre-arbítrio contaminado nos impede de enxergar a Cristo e termos a boa vontade sem uma ação direta do Espírito Santo. A incapacidade do homem fazer o bem e de submeter-se a Deus é total. O Santo considera que por mais que tenhamos desejos de fazer o bem, nós assim testemunhamos pessoas infelizes e cheias de sofrimento.

Ao afirmarmos que os homens são voluntariamente infelizes, não dizemos por aí que eles queiram ser infelizes, mas que possuem tal vontade, que a desgraça se segue necessariamente, mesmo contra o desejo de felicidade. Não há, pois, nada contraditório ao raciocínio precedente: todos querem ser felizes, mas sem poder sê-lo (Agostinho, 1995, p. 62).

Todos querem ser felizes, todos querem ser livres ao ponto de salvar-se do pecado e da imoralidade do pecado, “mas sem poder sê-lo”. Todos tem o livre-arbítrio desde o princípio, mas ofuscado pelas paixões da carne. Logo, o livre-arbítrio sempre terá a tendência para o pecado. No evangelho do apóstolo João, o Senhor Jesus afirma que o Espírito Santo viria “para convencer o mundo do pecado...” e no versículo posterior ele diz que o pecado consiste no fato de que os homens “não crêem em mim” (Jo 16.8). O pecado se encontra impregnado na mente e na vontade do homem. Tudo que existe no homem, o que inclui o livre-arbítrio, está condenado na escravidão da vontade.

Essa é a ideia central das Sagradas Escrituras. No Antigo Testamento, o Messias (quer dizer Cristo no hebraico) é frequentemente prometido para benefício e salvação de um povo (Israel). Desde Gênesis quando é dito que pela descendência da mulher haveria um (Cristo) que pisaria a cabeça da serpente (o diabo), até os profetas, como Isaías que prediz por cerca de 700 a.C de modo singular e rico em detalhes até o sofrimento e morte de Cristo. Já no Novo Testamento, Cristo é apresentado como “o Verbo que se fez Carne” (Jo 1), e ainda que é o único Caminho, e ainda, que ninguém vai ao Pai senão por Ele (Cristo). O apóstolo Paulo é conhecido como o apóstolo dos gentios, tendo em vista a promessa ter sido feita para o povo de Israel. Logo, na sua carta aos Romanos, Paulo diz que a Palavra de Deus não falhou pelo fato de que o Israel prometido não era o Israel carnal da descendência de Abraão, mas um Israel espiritual, onde os gentios são incluídos (Rm 9). De modo geral, Paulo apresenta a salvação mediada exclusivamente por Cristo, pela graça mediante a fé,

para gentios e judeus. Por isso Paulo apresenta que toda raça humana estão condenadas em seus delitos e pecados, “não há um justo sequer” (Rm 3).

É correto afirmar que o ser humano possui o livre-arbítrio, contudo, suas paixões e vontades encontram-se condicionadas pelo pecado. Igualmente correto é considerar que, embora o livre-arbítrio opere de acordo com a vontade humana, esta, por si só, jamais se inclinará ao bem sem uma intervenção divina direta. Neste contexto, torna-se necessária a atuação ativa do Espírito Santo para que haja uma orientação das vontades humanas rumo ao bem. Dessa forma, no âmbito específico da salvação, é possível concluir que o livre-arbítrio humano não é plenamente autônomo, embora permaneça a responsabilidade moral do indivíduo. Esta perspectiva se opõe claramente ao pensamento maniqueísta, sem entrar em contradição com o raciocínio de Santo Agostinho. Seja pelo reconhecimento de que o livre-arbítrio naturalmente se inclina para paixões pecaminosas ou pela afirmação de que, devido a esta inclinação, o livre-arbítrio é comprometido, ambas as visões convergem na conclusão de que, sem a intervenção divina, o resultado permanece inalterado.

Para Agostinho, saber que a salvação não depende do livre-arbítrio é confortante. Ao escrever que o livre-arbítrio não é o bem mais perfeito, em seu diálogo, o Santo diz:

Convém, porém, te lembrares de que não somente os grandes bens, mas também os pequenos, só podem provir daquele por quem existem todos os bens, isto é, de Deus. Tal foi a conclusão da qual ficamos convencidos na discussão precedente (cf. II,17,45), à qual destes com frequência e com alegria o teu consentimento. [...] Deus deve ser glorificado. Pois isso é melhor do que se eles não nos tivessem sido concedidos (Agostinho, 1995, p. 138).
]

Agostinho diz que os bens só podem existir por causa de Deus. Os dons e as coisas boas praticadas por todos só podem ser feitos por causa de Deus. Agostinho conclui que o mal origina-se da deficiência do livre-arbítrio:

Já que a vontade move-se, afastando-se do Bem imutável para procurar um bem mutável, de onde lhe vem esse impulso? Por certo, tal movimento é mal, ainda que a vontade livre, sem a qual não se pode viver bem, deva ser contada entre os bens. E Esse movimento, isto é, o ato de vontade de afastar-se de Deus, seu Senhor, constitui, sem dúvida, pecado. Poderemos, porém, designar a Deus como autor do pecado? Não! E assim, esse movimento não vem de Deus. Mas de onde vem ele? A tal questão eu te contristaria, talvez, se te respondesse que não o sei. Contudo, não diria senão a verdade. Pois não se pode conhecer o que é simplesmente nada. Quanto a ti, contenta-te, por enquanto, de conservar inabalável esse sentimento irremovível de

piedade, de modo a professar não ser possível apresentar-se a teus sentidos, nem à tua inteligência, nem em geral a teu pensamento, bem algum que não venha de Deus (Agostinho, 1995, p. 142).

É evidente a imputação de toda bondade existencial à Supremacia de Deus. Todo bem provém unicamente dEle. Agostinho ainda complementa:

Todo bem procede de Deus. Não há, de fato, realidade alguma que não proceda de Deus. Considera, agora, de onde pode proceder aquele movimento de aversão que nós reconhecemos constituir o pecado – sendo ele movimento defeituoso, e todo defeito vindo do não-ser, não duvides de afirmar, sem hesitação, que ele não procede de Deus. Tal defeito, porém, sendo voluntário, está posto sob nosso poder. Porque, se de fato o temeres, é preciso não o querer; e se não o quiseres, ele não existirá. Haverá, pois, segurança maior do que te encontrares em uma vida onde nada pode te acontecer quando não o queiras? Mas é verdade que o homem que cai por si mesmo não pode igualmente se reerguer por si mesmo, tão espontaneamente (Agostinho, 1995, p. 145).

Agostinho diz que o próprio levantar moral procede de Deus. De fato é assertivo com as Escrituras Sagradas. Ninguém pode libertar da morte (pecado) sozinho e ressuscitar por conta própria. Pelo contrário, Jesus é o agente necessário para a salvação e purificação do homem. Por isso, João batista afirmou dizendo que Jesus é “o Cordeiro de Deus, aquele que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29).

3. O MAL E A EXISTÊNCIA DE DEUS

O naturalismo, amplamente adotado no pensamento contemporâneo, busca excluir qualquer referência ao sobrenatural, atribuindo a existência humana ao acaso e à evolução. Essa perspectiva, no entanto, enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito ao sentido e propósito da vida. Se tudo é fruto do acaso, a existência perde qualquer finalidade transcendente, tornando-se um fenômeno meramente biológico e sem valor intrínseco. O filósofo Francis Schaeffer destaca que essa visão leva ao desespero, pois nega a possibilidade de significado objetivo na experiência humana¹⁵. O dilema central do naturalismo está na tentativa de sustentar a ideia de que o universo e a vida surgiram sem uma causa primeira inteligente, baseando-se em um sistema de crenças que, paradoxalmente, exige fé para ser aceito. Assim, o próprio naturalismo demonstra inconsistências internas ao

¹⁵ O conceito de Francis Schaeffer é interessante. ele traça uma linha e diz que é a linha do desespero. Acima da linha ficam aqueles que acreditam em absolutos, abaixo da linha ficam os que já não crêem em absolutos. Em sua obra **O Deus que Intervém**, p. 25-88.

propor que toda verdade deve ser empiricamente verificável, ao passo que não pode verificar essa própria afirmação. Ao analisar a racionalidade da fé teísta, percebe-se que ela oferece uma explicação mais coerente para a existência da realidade e da ordem no universo.

Tudo leva a crer que a mente humana foi projetada para conhecer a verdade e que a crença em Deus não apenas possui bases filosóficas e científicas sustentáveis, mas também resolve as contradições inerentes ao naturalismo. A exclusão de Deus como princípio ordenador conduz a uma espiral de contradições, onde o próprio conhecimento se torna questionável. Em última instância, a racionalidade da fé cristã se estabelece não como uma imposição irracional, mas como um fundamento sólido que dá sentido à realidade e à própria existência humana. Dessa forma, ao contrário do que propõe o naturalismo, a fé teísta não apenas resiste ao escrutínio lógico, mas se apresenta como a explicação mais coerente para a vida e o cosmos.

A problemática da existência do mal tem sido frequentemente utilizada como argumento contra a existência de um ser supremo dotado de onipotência, onisciência e bondade absoluta. A questão central consiste na aparente contradição entre a presença do mal no mundo e a ideia de um Deus que detém o poder absoluto e pleno conhecimento de todas as coisas. A formulação desse dilema sugere que, se o mal existe, então Deus não seria plenamente bom ou não possuiria controle total sobre a realidade. Algumas tentativas de resolver esse paradoxo esbarram em dificuldades filosóficas, pois atribuir a origem do mal a uma fonte independente de Deus comprometeria sua soberania, ao passo que admitir que o próprio Deus é responsável pelo mal anularia sua bondade. Dessa forma, o debate se concentra na possibilidade de uma justificativa racional para a coexistência do mal com um Deus benevolente e onipotente.

Uma das abordagens adotadas para responder a esse questionamento baseia-se na ideia de que a permissão do mal pode cumprir um propósito específico dentro do plano divino. Argumenta-se que a existência do mal permite a manifestação de atributos divinos como a misericórdia e a justiça, que não poderiam ser plenamente compreendidos em um mundo sem sofrimento e pecado. A teologia cristã apresenta a redenção como um exemplo dessa lógica, na medida em que a encarnação e o sacrifício do Filho de Deus são considerados eventos essenciais para a revelação do amor divino. Além disso, sustenta-se que uma criação submetida a provas e desafios

possui um valor superior àquela que nunca enfrentou adversidades. A experiência do mal e da queda possilitaria, segundo essa perspectiva, uma compreensão mais profunda da redenção e da santidade.

No campo filosófico, diversas argumentações têm sido elaboradas para defender a existência de Deus, independentemente do problema do mal. Plantinga argumenta que o aparente conflito entre ciência e religião teísta é apenas superficial, enquanto, em um nível mais profundo, ambos os campos são compatíveis e estão em harmonia¹⁶. Dentre essas abordagens, destaca-se o argumento ontológico, que parte da premissa de que a concepção de um ser supremo e infinito não poderia surgir espontaneamente na mente humana sem que houvesse uma realidade correspondente. De forma semelhante, o argumento cosmológico estabelece que toda causa deve ter um efeito, sugerindo que a existência do universo exige uma causa primeira que não seja causada por outra. O argumento teleológico, por sua vez, enfatiza a ordem e a complexidade do mundo natural como evidências de um design inteligente, sustentando que a harmonia observada no universo indica a existência de um Criador racional e intencional.

Outro aspecto relevante é a questão moral, que aponta para a presença de um senso inato de certo e errado em todos os indivíduos. Essa percepção de justiça e ética não pode ser explicada exclusivamente por fatores culturais ou evolucionários, uma vez que a existência de princípios morais universais sugere a influência de uma fonte externa à humanidade. A argumentação baseada na moralidade postula que a existência de valores objetivos implica a presença de um legislador moral absoluto. Esse pensamento encontra respaldo em correntes filosóficas que reconhecem a moralidade como um reflexo da natureza divina, indicando que a consciência humana é, em alguma medida, um testemunho da existência de Deus. Nesse sentido, Grudem argumenta que o valor dessas reflexões reside na superação de objeções intelectuais dos descrentes e na demonstração de que a fé cristã não é irracional, mas se sustenta em bases racionais e filosóficas (Grudem, 1999, p. 100).

¹⁶ Uma excelente obra que acrescenta valores a este assunto é de Alvin Plantinga. Ciência, religião e naturalismo: Onde está o conflito?

Por fim, a existência de um anseio humano por significado e transcendência tem sido interpretada como um indício da realidade divina¹⁷. A busca por um propósito maior e a insatisfação diante das limitações materiais sugerem que o ser humano possui uma inclinação natural para a religiosidade. Essa predisposição foi amplamente explorada por pensadores como João Calvino, que formulou a ideia do *sensus divinitatis*, segundo a qual todos os indivíduos possuem uma consciência inata da existência de Deus¹⁸. Assim, tanto a observação da natureza quanto a experiência subjetiva apontam para a possibilidade de uma realidade superior, ainda que sua compreensão plena dependa de fatores que ultrapassam a capacidade racional humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mal originou-se da liberdade humana no Éden, quando o ser humano decidiu, por vontade própria, provar o fruto proibido. Inicialmente puro e íntegro, o homem perdeu sua inocência ao cometer o pecado, passando a experimentar uma condição espiritual corrompida. Embora o livre-arbítrio ainda exista, sua eficácia original foi drasticamente comprometida, tornando-se limitado pela contaminação causada pelo pecado. Agostinho reflete sobre essa realidade questionando a justiça de nascermos já afetados pelas consequências da queda de Adão e Eva. Em resposta, ele conclui que nossa fragilidade atual é consequência direta da negligência humana original, sendo que as fraquezas humanas não são pecados, mas penalidades que derivam do pecado original. Essa compreensão revela que a humanidade é a principal responsável pela existência contínua da maldade e sofrimento no mundo.

As manifestações cotidianas do mal, como guerras, doenças e catástrofes, são reflexos dessa culpa inicial e da subsequente ruptura da relação direta com Deus.

¹⁷ Santo Agostinho, de uma maneira concordante, ele diz: “nos criastes para Vós e o nosso coração vive inquieto, enquanto não repousar em Vós” (Agostinho. Confissões, p.27). Ele sugere que os seres humanos possuem uma inclinação natural para buscar sentido, transcendência e comunhão com o divino, o que indicaria a existência de Deus.

¹⁸ João Calvino escreve que: “Nós afirmamos, sem nenhuma discussão, que os homens têm certo sentimento da divindade em si mesmos; e isso, como por um instinto natural”. Por causa disso, os seres humanos sempre conservam certa “semente da religião” (*semen religiones*), e não conseguem viver sem ela. (J. Calvino, *Institutas*, 1.2.1.).

Antes, o ser humano vivia sob o cuidado constante de Deus no Éden; agora enfrenta uma existência marcada pela luta constante pela sobrevivência e pelo distanciamento progressivo da comunhão plena com o Criador. Apesar da gravidade dessa condição humana caída, Deus permanece, por Sua infinita graça, continuamente empenhado na reconciliação com a humanidade. Deus inspira e motiva os seres humanos a buscarem o bem e a realizarem boas obras, revelando seu caráter justo e misericordioso, mesmo diante da rebeldia humana. Dessa forma, o sofrimento cumpre um papel maior dentro do plano divino, revelando aspectos importantes dos atributos divinos e proporcionando à humanidade oportunidades para retorno e reconciliação com Ele. Finalmente, a existência de Deus não é meramente uma crença subjetiva ou um recurso emocional, mas uma realidade sólida e racionalmente sustentada por argumentos filosóficos e teológicos. Os argumentos ontológico, cosmológico e teleológico, bem como a moralidade objetiva e a busca por transcendência, indicam claramente a plausibilidade e a necessidade lógica de um Criador soberano. Assim, reconhecer a existência de Deus significa admitir que nossa vida possui propósito, sentido e ordem, resultando de um plano perfeito e eterno concebido por um Deus que é justo, racional e infinitamente bom.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. **Confissões**. 28. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.
- AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.
- Bíblia de Estudo de Genebra**. Almeida Revista e Atualizada. 2. ed. Barueri: SBB, São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- BRACHTENDORF, Johannes. **Confissões de Agostinho**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2020.
- CALVINO, João. **As institutas**. São Paulo : Cultura Cristã, 2006.

GRUDEM, Wayne A. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

LIBANIO, João Batista. **O mal**: problema de fronteira. In: CIRNE-LIMA, Carlos; ALMEIDA, Custódio. Nós e o absoluto. São Paulo: Loyola, 2001.

LUTERO, Martinho. **Nascido escravo**. 2. ed. São José dos Campos: Fiel, 2007.

PIPER, John. **Cinco pontos**: em direção a uma experiência mais profunda da graça de Deus. São José dos Campos: Fiel, 2014.

PLANTINGA, Alvin. **Deus, a liberdade e o mal**. São Paulo: Vida Nova, 2012.

SCHAEFFER, Francis A. **O Deus que intervém**. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.

SCHAEFFER, Francis A. **O Deus que se revela**. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.